



**ACOLHIMENTO PSICOSSOCIAL NO NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA:  
UM RELATO DE ESTÁGIO EM PSICOLOGIA JURÍDICA**

*Ana Cristina Perlin Rossi*

Graduada em Direito pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS) e estudante de Psicologia no Centro Universitário de Várzea Grande (UNIVAG). E-mail: [ana.perlin@gmail.com](mailto:ana.perlin@gmail.com)

*Rosimeire M. Amorim Naves*

Graduada em Psicologia mestrado em psicologia pela UFMT. Professora Titular do Curso de Psicologia no Centro Universitário de Várzea Grande (UNIVAG). E-mail: [rosimeire.amorim@univag.edu.br](mailto:rosimeire.amorim@univag.edu.br)

A discente realizou o estágio de Intervenção no Cotidiano II no primeiro semestre de 2025, permanecendo por quatro horas nas manhãs de segunda-feira, no Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ) da faculdade UNIVAG, campus Várzea Grande. Suas atividades consistiram na triagem e acolhimento da comunidade que buscava a instituição para ingressar com ações judiciais. No setor de triagem e acolhimento, o objetivo da estagiária foi realizar a escuta inicial das pessoas que procuravam os serviços jurídicos, coletando informações preliminares para avaliar a viabilidade do atendimento posterior pelos estagiários de Direito. Esse momento representa o primeiro contato do indivíduo com a instituição, o que frequentemente gera insegurança e dificulta a organização e clareza do relato apresentado. Durante o estágio, a atuação foi multidisciplinar: além de acolher e legitimar os sofrimentos decorrentes das questões judiciais, a estagiária também encaminhou para psicoterapia na clínica-escola os casos em que identificou interesse e necessidade desse tipo de acompanhamento. Diante desse contexto, este trabalho propõe-se a levantar a seguinte problemática: quais as implicações dessa experiência de estágio para o aprendizado da estagiária? Além disso, busca relatar a vivência no setor de triagem e acolhimento do NPJ sob a perspectiva da Psicologia Jurídica. A orientação teórica utilizada foi a da Psicologia Jurídica, que permite uma compreensão mais ampla dos aspectos emocionais e subjetivos dos sujeitos envolvidos em processos judiciais. Segundo essa abordagem, a atuação do psicólogo no contexto jurídico auxilia o julgador a tomar decisões mais justas e humanizadas. Mais do que uma prática, trata-se de um posicionamento social e filosófico, pois agir sem um propósito resulta em vazio, assim como pensar sem agir torna-se apenas idealismo. O papel da psicologia, por meio de uma escuta qualificada, é fundamental para organizar os pensamentos dos atendidos e facilitar a compreensão das informações jurídicas. Além disso, proporciona reflexões e análises sobre a situação vivida, acolhendo e legitimando o sofrimento apresentado. O estágio incluiu horários de supervisão às quartas-feiras, das 12h às 14h (totalizando 2 horas semanais), nos quais foram discutidos argumentos de campo e temas relacionados à atuação da psicologia na área jurídica. Os atendimentos em campo ocorreram às segundas-feiras, das 8h às 12h (4 horas semanais). Até o momento, foram realizadas 13 supervisões e 11 idas a campo, totalizando 26 atendimentos. Destes, apenas 2 foram na área penal; os demais concentraram-se na área cível, sendo: 4 inventários, 5 indenizações por danos morais e materiais e 1 quebra de contrato de aluguel. Na vara de família, especificamente, foram registrados 3 divórcios e 11 ações de regularização de pensão

alimentícia e guarda de menores. Assim, a maior parte dos atendimentos concentrou-se na área de família, especialmente em demandas de regularização de pensão alimentícia e guarda de filhos após a dissolução conjugal. Em 2022, o Brasil registrou um recorde de 420.039 divórcios, um aumento de 8,6% em relação a 2021, segundo o IBGE. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) também aponta um crescimento expressivo nas ações de pensão alimentícia na última década, relacionado à maior conscientização dos direitos das crianças e adolescentes, além de fatores econômicos como inflação e custo de vida. Nos processos que tramitam nas Varas da Família e Sucessões, há prioridade para casos envolvendo filhos, pois as crianças são as mais vulneráveis aos efeitos negativos da desestruturação familiar, sofrendo maiores prejuízos emocionais e comportamentais. Um aspecto interessante vivenciado pela estagiária foi o aumento dos pedidos de guarda pela figura paterna. Conforme Silva (2016), anteriormente isso era visto como uma tentativa de se eximir do pagamento da pensão alimentícia, mas atualmente observa-se um crescimento do número de pais que buscam a guarda dos filhos por reconhecerem a importância do vínculo paterno no desenvolvimento infantil. Dessa forma, o pai passa a assumir responsabilidades tradicionalmente atribuídas à mãe, dividindo-se entre as atividades domésticas e profissionais, e fortalecendo o vínculo com os filhos. Destaca-se ainda que as famílias atendidas pelo NPJ possuem renda de até três salários mínimos, o que dificulta o acesso a serviços psicológicos, ainda elitizados no Brasil. Por isso, o acolhimento é fundamental para validar as necessidades emocionais dessas famílias durante o processo judicial, além de oferecer psicoeducação sobre os interesses dos menores e fortalecer as relações familiares. Dos atendimentos realizados, 12 demandaram encaminhamento psicológico à clínica-escola: 2 casos de danos morais e materiais, 1 divórcio, 1 anulação de contrato de aluguel, 2 inventários, 1 caso de vítima de lesão corporal grave com sequelas em ação penal e 5 casos de pensão alimentícia (sendo 2 envolvendo crianças com sofrimento psíquico). O presente trabalho representa um aprendizado teórico-técnico do estágio, proporcionando à estudante formação prática e teórica para atuar na interface entre Psicologia e o sistema jurídico. Assim, desenvolveu competências para lidar com fenômenos psicossociais em contextos legais e institucionais, promovendo justiça social, saúde mental e cidadania. O estágio possibilitou um ambiente de observação, diálogo e produção de sentidos no setor psicossocial de acolhimento e triagem, colaborando com o NPJ em contextos legais. Além disso, contribuiu para o fortalecimento da instituição e para a busca constante pela melhoria da qualidade do atendimento à população. Em síntese, o estágio em Psicologia contribuiu significativamente no contexto jurídico, voltando-se para o indivíduo em sua subjetividade e relações, fundamentado na prática de prevenção, promoção e recuperação, de modo crítico e ético.

**Palavras-chave:** Acolhimento; Núcleo de Prática Jurídica; Direito de Família; Pensão Alimentícia; Guarda.



**Referências:**

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema de Estatísticas Vitais.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9110-estatisticas-do-registro-civil.html?edicao=39563&t=resultados> . Acesso em: 16 mai. 2025.

Otoni, Luciana. **Painéis apresentam dados de 2,5 milhões de processos sobre infância e juventude.** CNJ - Conselho Nacional de Justiça: 2 de setembro de 2022. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/paineis-estatisticos-apresentam-dados-de-25-milhoes-de-processos-sobre-infancia-e-juventude/> . Acesso em: 16 mai. 2025.

Silva, D. M. P. **Psicologia Jurídica no Processo Civil Brasileiro. A interface da Psicologia com o Direito nas questões de família e Infância.** Rio de Janeiro: Forense, 2014.